

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ nº 61.699.567/0043-41  
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2022. São Paulo, 28/02/2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.**

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>	<b>37.179.251,35</b>	<b>43.644.060,29</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>36.280.852,36</b>	<b>43.621.560,29</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)</b>	<b>136.814,53</b>	<b>6.538.900,83</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>1.444.209,58</b>	<b>961.374,32</b>
Bancos conta movimento (nota 3.1)	9.796,27	8.114,92	Fornecedores Nacionais (nota 3.8)	1.444.209,58	961.374,32
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	127.018,26	6.530.785,91	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>3.263.446,68</b>	<b>2.673.216,38</b>
<b>Cientes e Outros Recebíveis Saúde</b>	<b>36.163.873,54</b>	<b>36.434.892,98</b>	Serviços de Terceiros P. Jurídica (nota 3.9)	3.263.446,68	2.673.216,38
<b>Cientes (nota 3.3)</b>	<b>35.824.956,48</b>	<b>36.241.864,00</b>	<b>Serviços Próprios</b>	<b>6.515.450,30</b>	<b>5.803.376,28</b>
Prefeitura Municipal de Taboão da Serra - Afiliadas (nota 3.3.1)	21.631.464,30	22.048.371,82	Salários a pagar (nota 3.10)	1.718.188,17	1.550.379,49
Valores em Negociação	-	-	Contribuições a recolher (nota 3.11)	486.613,01	424.090,09
Contrato Convênio (nota 3.3.2)	14.193.492,18	14.193.492,18	Provisão de férias (nota 3.12)	3.398.317,76	2.990.159,28
<b>Outros Créditos Saúde (nota 3.4)</b>	<b>338.917,06</b>	<b>193.028,98</b>	Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.12)	271.515,42	239.008,55
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	290.631,27	126.903,78	Empréstimo a funcionário	-	-
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.2)	37.516,38	46.697,37	Lei 10.820/03 (nota 3.13)	146.900,91	156.493,14
Depósito judicial (nota 3.4.3)	9.829,00	18.703,00	Impostos a recolher (nota 3.14)	479.138,59	417.821,22
Antecipações salariais	940,41	724,83	Acordo Trabalhista a Pagar	5.000,00	15.887,90
<b>Despesas Antecipadas Saúde</b>	<b>6.812,00</b>	<b>9.612,74</b>	Benefícios	9.776,44	9.536,61
Despesas Antecipadas (nota 3.5)	6.812,00	9.612,74	<b>Tributos</b>	<b>337.797,33</b>	<b>324.152,36</b>
<b>Estoques Saúde (nota 3.6)</b>	<b>871.751,28</b>	<b>660.653,74</b>	Obrigações Tributárias (nota 3.15)	337.797,33	324.152,36
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	84.117,61	47.884,80	<b>Conta a Pagar / Valores de Terceiros</b>	<b>24.719.948,47</b>	<b>33.859.440,95</b>
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	395.517,72	238.436,82	Contratados/Contratos públicos a realizar (nota 3.17)	24.469.739,02	33.718.566,99
Materiais de Almoxarifado	391.341,95	371.266,97	Serviços de Terceiros P. Física	-	681,67
Empréstimos de Materiais a Terceiros	774,00	3.065,15	Outras contas a pagar (nota 3.16)	250.209,45	138.142,02
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>1.406.972,35</b>	<b>1.845.210,93</b>	Recebimento de materiais de terceiros	-	2.050,27
<b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)</b>	<b>1.394.255,07</b>	<b>1.826.945,89</b>	<b>Passivo não Circulante</b>	<b>2.305.371,34</b>	<b>1.867.710,93</b>
Imobilizado - Bens de Terceiros	6.013.599,33	5.914.937,48	<b>Não Circulante Saúde</b>	<b>2.305.371,34</b>	<b>1.867.710,93</b>
Ajuste vida útil econômica-Bens de Terceiros (4.619.344,26)	(4.087.991,59)	(4.087.991,59)	<b>Recursos Convênios em Execução-Saúde</b>	<b>1.406.972,35</b>	<b>1.845.210,93</b>
<b>Intangível - Bens de Terceiros (nota 3.7)</b>	<b>12.717,28</b>	<b>18.265,04</b>	Imobilizado - Bens de terceiros (nota 3.7)	6.056.963,28	5.958.301,43
Intangível de Terceiros	43.363,95	43.363,95	Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros (nota 3.7)	(4.649.990,93)	(4.113.090,50)
Ajuste vida útil econômica Intangível - Bens de Terceiros	(30.646,67)	(25.098,91)	Outras Obrigações com Terceiros - Saúde	898.398,99	22.500,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>38.586.223,70</b>	<b>45.489.271,22</b>	Provisão de Despesa	-	-
<b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais</b>			Proc. Civeis (nota 3.18.1)	872.219,16	-
<b>Descrição</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/20</b>	Provisão Despesas Proc. Trabalhistas (nota 3.18.1)	26.179,83	22.500,00
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	-	-	<b>Total do Passivo</b>	<b>38.586.223,70</b>	<b>45.489.271,22</b>
Superávit /Déficit do exercício/período	-	-	<b>Patrimônio Líquido (nota 5)</b>	-	-
<b>Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	-	-	Resultado no período-Superávit/Déficit-Saúde(nota 6)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>38.586.223,70</b>	<b>45.489.271,22</b>
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-	<b>Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais</b>		
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	-	<b>Descrição</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/20</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	-	-	<b>1 - Receitas</b>	<b>87.051.587,91</b>	<b>91.505.692,90</b>
(Aumento) Redução em contas a receber	416.907,52	1.961.337,34	1.1) Prestação de serviços	76.074.220,00	79.967.794,48
(Aumento) Redução outros créditos	(145.888,08)	7.082.936,40	1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	2.800,74	(280,86)	1.3) Outras Receitas	130.497,64	81.624,29
(Aumento) Redução em estoques	(213.147,81)	(85.769,48)	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	10.846.870,27	11.456.274,13
Aumento (Redução) em fornecedores	1.073.065,56	424.725,04	1.5) (-) Prov.Cred.Liquid. Duvidosa/Receitas anuladas E	-	-
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(9.248.827,97)	(1.818.445,07)	<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>38.905.499,77</b>	<b>40.359.622,13</b>
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.713.003,74	(1.178.852,00)	2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	8.081.556,03	7.058.641,29
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(438.238,58)	(386.087,01)	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	30.671.016,25	32.748.868,25
Aumento (Redução) Passivo de Arrendamento	-	-	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	98.661,85	143.424,96
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(6.840.324,88)</b>	<b>5.999.564,36</b>	2.4) Outros	54.265,64	408.687,63
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	-	-	<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>48.146.088,14</b>	<b>51.146.070,77</b>
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	<b>4 - Retenções</b>	-	-
(-) Aquisições de imobilizado	-	-	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	438.238,58	386.087,01	<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>48.146.088,14</b>	<b>51.146.070,77</b>
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	-	-
(-) Direito de Uso	-	-	6.1) Receitas financeiras	-	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>438.238,58</b>	<b>386.087,01</b>	<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>48.146.088,14</b>	<b>51.146.070,77</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	-	-	<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>48.146.088,14</b>	<b>51.146.070,77</b>
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	8.1) Pessoal e encargos	34.829.030,73	37.239.422,26
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-	8.2) Impostos, taxas e contribuições	1.184,96	449,87
Juros pagos por empréstimos	-	-	8.3) Juros	547,19	128,20
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>	-	-	8.4) Aluguéis	2.468.454,99	2.449.796,31
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.402.086,30)	6.385.651,37	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	10.846.870,27	11.456.274,13
Saldo inicial de Caixa e equivalente	6.538.900,83	153.249,46	8.6) Superávit / Déficit do Exercício	-	-
Saldo final de Caixa e equivalente	136.814,53	6.538.900,83	no Jardim Helena. <b>Evento Subsequente:</b> O contrato de gestão da unidade vigorará até 07/04/2022, podendo ser descontinuar devido aos chamamentos públicos: <b>Instrumento de Edital de Concurso de Projetos nº 001/2021</b> - Processo Administrativo nº 33.183/2021, para gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Unidade Mista de Taboão da Serra e <b>Instrumento de Edital de Concurso de Projetos nº 002/2021</b> - Processo Administrativo nº 33.188/2021, para gestão dos equipamentos das unidades UPA e PSI. Os mesmos encontram-se com pedido de impugnação deferido pelo TCE processo nº TC-006358.989.22-6 em 24/02/2022.		
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 2020</b>			<b>1 - Imunidade Tributária:</b> A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. <b>1.1 - Isenção Tributária e Característica da Isenção:</b> A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021. <b>2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância às melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. <b>2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):</b> As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18/01/2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. <b>2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de</b>		

**Taboão da Serra, Est. Tenente José Maria da Cunha, 862 - Jardim Record - Taboão da Serra - SP - CEP 06.783-230, CNPJ nº 61.699.567/0043-41.**

**3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas.

**3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em Caixa	-	-
Saldo em Bancos	9.796,27	8.114,92
Saldo em Aplicações Financeiras	127.018,26	6.530.785,91
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>136.814,53</b>	<b>6.538.900,83</b>

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2021 o montante de R\$ 136.814,53 demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Banco do Brasil	CDB	96%	122.250,87	6.352.215,10
Banco do Brasil	CDB	-	-	134.263,62
Banco Bradesco	CDB	100%	4.767,39	44.307,19
<b>Total</b>			<b>127.018,26</b>	<b>6.530.785,91</b>

\*a rentabilidade da poupança está atrelada às regras do sistema financeiro nacional. **3.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2021 representam valores a receber de curto prazo, relativo ao contrato de gestão nº S-347/2019 R\$ 21.631.464,30, proveniente da Secretaria Municipal da Saúde em parceria com a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra. **3.3.2 - Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a Instituição se valeu da Norma NBC - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 17 e 27 (d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da Instituição. A Instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da Entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores constantes nesta conta representam o resultado da execução dos contratos/convênios no período de 2013 a 2019 que representou um déficit operacional que a unidade gerenciada pretende recuperar até o encerramento do instrumento ou quando ocorrer a renovação do Plano de Trabalho acordado com o órgão concedente. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. **3.4.1 - Antecipação de Férias:** A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145, o pagamento da remuneração das férias e se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.2 - Outros Créditos e Adiantamentos:** O respectivo saldo representa R\$ 37.516,38 em 31.12.2021 e representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de outros adiantamentos efetuados para atividade operacional dos serviços de saúde. **3.4.3 - Depósitos Judiciais:** O respectivo saldo representa R\$ 9.829,00 em 31.12.2021 e referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes as ações trabalhistas, onde, tendo em vista que as respectivas ações não foram julgadas em última instância, a unidade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação, vale ressaltar que a unidade mantém contrato com consultoria jurídica, da qual os *continua*

▶ **continuação** mesmos nos mantem informados sobre o status das ações judiciais, trimestralmente. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, o saldo em 31.12.2021 é de R\$ 6.812,00. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2021 são de R\$ 871.751,28 (oitocentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

**Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2021**

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2020	
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>6.056.963,28</b>	<b>98.661,85</b>	-	<b>5.958.301,43</b>	
<b>Bens Móveis</b>	<b>6.013.599,33</b>	<b>98.661,85</b>	-	<b>5.914.937,48</b>	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.882.777,08	58.450,00	-	2.824.327,08	
Equip Processamento de Dados	674.519,63	515,00	-	674.004,63	
Mobiliário em Geral	1.543.648,40	20.075,00	-	1.523.573,40	
Maq Utens e Equip Diversos	595.974,62	5.911,87	-	590.062,75	
Aparelhos de Medição	17.788,01	-	-	17.788,01	
Apar e Utens Domesticos	124.387,97	13.709,98	-	110.677,99	
Maq e Equip de Natureza Indl	82.392,75	-	-	82.392,75	
Equip p/Audio Video e Foto	45.940,27	-	-	45.940,27	
Maq Ferram e Utens de Oficina	39.088,60	-	-	39.088,60	
Outros Materiais Permanentes	7.082,00	-	-	7.082,00	
<b>Intangível Bens de Terceiros</b>	<b>43.363,95</b>	-	-	<b>43.363,95</b>	
Software	43.363,95	-	-	43.363,95	
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>6.056.963,28</b>	<b>98.661,85</b>	-	<b>5.958.301,43</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Posição em 31/12/2021</b>	<b>Baixa</b>	<b>Ajuste Vida Útil</b>	<b>Posição em 31/12/2020</b>	<b>%</b>
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(4.649.990,93)</b>	-	<b>(536.900,43)</b>	<b>(4.113.090,50)</b>	
<b>Bens Móveis</b>	<b>(4.619.344,26)</b>	-	<b>(531.352,67)</b>	<b>(4.087.991,59)</b>	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(2.232.561,28)	-	(285.989,01)	(1.946.572,27)	10
Equip Processamento de Dados	(670.797,40)	-	(1.218,36)	(669.579,04)	20
Mobiliário em Geral	(1.084.819,21)	-	(153.689,33)	(931.129,88)	10
Maq Utens e Equip Diversos	(428.884,53)	-	(59.499,12)	(369.385,41)	10
Aparelhos de Medição	(11.984,00)	-	(1.778,88)	(10.205,12)	10
Apar e Utens Domesticos	(79.082,38)	-	(11.728,05)	(67.354,33)	10
Maq e Equip de Natureza Indl	(47.095,74)	-	(8.239,20)	(38.856,54)	10
Equip p/Audio Video e Foto	(32.748,24)	-	(4.593,84)	(28.154,40)	10
Maq Ferram e Utens de Oficina	(26.214,51)	-	(3.908,76)	(22.305,75)	10
Outros Materiais Permanentes	(5.156,97)	-	(708,12)	(4.448,85)	10
<b>Ajustes Software</b>	<b>(30.646,67)</b>	-	<b>(5.547,76)</b>	<b>(25.098,91)</b>	
Software	(30.646,67)	-	(5.547,76)	(25.098,91)	20
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(4.649.990,93)</b>	-	<b>(536.900,43)</b>	<b>(4.113.090,50)</b>	

**3.7.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis:** A Instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria e limpeza. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.12 - Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.13 - Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A Instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2021 representa R\$ 146.900,91 (cento e quarenta e seis mil, novecentos reais e noventa e um centavo). **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2021 referente aos impostos citados acima foi de R\$ 337.797,33 e em 2020 foi de R\$ 324.152,36. **3.16 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. **3.17 - Convênios / Contratos Público a Realizar (Circulante):** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2021 representa R\$ 24.469.739,02 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e dois centavos). **3.18 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.18.1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. O valor para as contingências cuja probabilidade de perda era tida como "provável" foi de R\$ 872.219,16 (oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e dezenove reais e dezesseis centavos). O montante para o mesmo tipo de ação civil, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 3.634.180,00 (três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e cento e oitenta reais). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.021, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" no montante de R\$ 26.179,83 (vinte e seis mil, cento e setenta e nove reais e oitenta e três centavos), e para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.063.923,60 (um milhão, sessenta e três mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra						
Passivo Contingências						
Trabalhista		Cível		Tributária		
Provável	Possível	Re-mota	Provável	Possível	Re-mota	Pro-Possível
26.179,83	1.063.923,60	-	872.219,16	3.634.180,00	-	-

Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Materiais utilizados no setor de Nutrição	84.117,61	47.884,80
Materiais utilizados no setor de Farmácia	395.517,72	238.436,82
Materiais de Almoarifado	391.341,95	371.266,97
Materiais de Terceiros	774,00	3.065,15
<b>Total</b>	<b>871.751,28</b>	<b>660.653,74</b>

**3.6.1 - Materiais de Terceiros em nosso Poder:** Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder.

**3.7 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado dos PSMTS está composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contrato de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2021	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2020	%
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>6.056.963,28</b>	<b>(536.900,43)</b>	<b>(4.113.090,50)</b>	
<b>Bens Móveis</b>	<b>(4.619.344,26)</b>	<b>(531.352,67)</b>	<b>(4.087.991,59)</b>	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(2.232.561,28)	(285.989,01)	(1.946.572,27)	10
Equip Processamento de Dados	(670.797,40)	(1.218,36)	(669.579,04)	20
Mobiliário em Geral	(1.084.819,21)	(153.689,33)	(931.129,88)	10
Maq Utens e Equip Diversos	(428.884,53)	(59.499,12)	(369.385,41)	10
Aparelhos de Medição	(11.984,00)	(1.778,88)	(10.205,12)	10
Apar e Utens Domesticos	(79.082,38)	(11.728,05)	(67.354,33)	10
Maq e Equip de Natureza Indl	(47.095,74)	(8.239,20)	(38.856,54)	10
Equip p/Audio Video e Foto	(32.748,24)	(4.593,84)	(28.154,40)	10
Maq Ferram e Utens de Oficina	(26.214,51)	(3.908,76)	(22.305,75)	10
Outros Materiais Permanentes	(5.156,97)	(708,12)	(4.448,85)	10
<b>Ajustes Software</b>	<b>(30.646,67)</b>	<b>(5.547,76)</b>	<b>(25.098,91)</b>	
Software	(30.646,67)	(5.547,76)	(25.098,91)	20
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(4.649.990,93)</b>	<b>(536.900,43)</b>	<b>(4.113.090,50)</b>	

**4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 84.828,09 (oitenta e quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e nove centavos). **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da Instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à Instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 Doações Recebidas em Bens e Mercadorias:** No exercício de 2021 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 97.580,20 (noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e sete centavos) a título de doações em mercadorias, como medicamentos e sondas com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID-19. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Municipais de R\$ 67.289.863,80 (sessenta e sete milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), conforme quadro abaixo:

Contrato de Gestão	R\$
NRO S-347/2019 - PSMTS	67.289.863,80

**5 - Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2021 e 2020, respectivamente. **6 - Resultado Operacional - Subvenção:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 73.364.449,71; acrescidos de outras receitas no valor de R\$ 215.325,73; e deduzidas das despesas e custos operacionais na ordem de R\$ 76.202.517,28; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ (2.622.741,84). **6.1 Ênfase ao Resultado:** O PSMTS apurou no exercício de 2021, um déficit de R\$ 2.622.741,84. Esse desequilíbrio pode estar associado, ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Cabe ressaltar também, que neste ano, todos nós ainda enfrentamos o reflexo social e econômico da pandemia do COVID-19, entrando, a SPDM tem tomado iniciativas na redução de custos e despesas com

pessoal, materiais e medicamentos, para assim, reverter este cenário nos próximos anos. **7 - Das Disposições da Lei 12.101, Portaria 834/2016 MS e Lei Complementar 187 de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo decreto 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (**Artigo 7º**): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (**Artigo 9º**): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (**§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo**), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (**Artigo 10º**): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2021 a seguinte produção:

Produção de 2021 - PSMTS		
Detalhe Original	Ano 2020	Ano 2021
<b>Internações</b>	<b>5.017</b>	<b>6.373</b>
Nº de Cirurgias (cesária, laqueadura e curetagem)	655	467
nº de Partos	992	767
Saída Hospitalar	5.065	6.431
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	557.127	672.544
<b>SADT - Total</b>	<b>194.948</b>	<b>206.060</b>

**8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão PSMTS**

N. Documento	Natureza do Recurso	Valor Total dos Repasses em 2021
Contrato de Gestão-NRO S-347/2019	Repasso Custeio	73.364.449,71
<b>Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021</b>		
<b>Receitas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>
Repasses do Contrato / Convênio	73.364.449,71	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	177.505,49	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>73.541.955,20</b>	-
<b>Despesas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>
Despesas com Pessoal	34.291.563,81	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	39.346.139,70	96.995,85
<b>Total das Despesas</b>	<b>73.637.703,51</b>	<b>96.995,85</b>

**Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021 - PSMTS**

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total do Ano	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Saídas Hospitalares</b>	2.340	3.165	2.340	2.974	4.680	6.139
<b>Atendimento Urgência /Emergência</b>	250.800	150.548	250.800	198.673	501.600	349.221

**HCTS**

N. Documento	Natureza do Recurso	Valor Total dos Repasses em 2021
Contrato de Gestão - NRO S-466/2020	Repasso Custeio	-
<b>Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021</b>		
<b>Receitas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>
Repasses do Contrato / Convênio	-	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	1.019,19	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>1.019,19</b>	-
<b>Despesas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>
Despesas com Pessoal	887,47	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	134.887,95	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>135.775,42</b>	-

**9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da CO-FINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15/12/2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 10.846.870,27 (dez milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e sete centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre Folha de Pagamento. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 8.267.119,28 (oito milhões, duzentos e sessenta e sete mil, cento e dezenove reais e vinte e oito centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2021 foi de R\$ 2.282.160,59 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). **9.3 - Isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento:** A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 297.590,40 (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta

▶ continuação	Relatório dos Auditores Independentes	
	<p><b>Opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da <b>SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra)</b> que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:</b> Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres</p>	<p>de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01/04/2022. <b>Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.</b></p>